

Cláudio Bardella



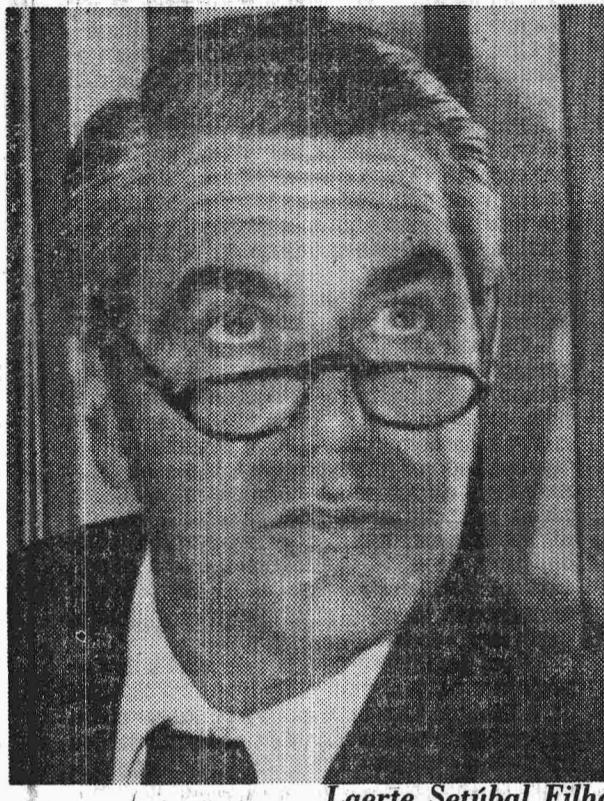
Paulo Villares



Severo Gomes



Antônio Ermírio de Moraes



Laerte Setúbal Filho



Paulo Vellinho



Jorge Gerdau Johannpeter



José Mindlin

# Empresários defendem abertura também na economia

Milton F. da Rocha Fº, Antônio Salvador Silva e Alexandre Polesi

## “Documento dos 8” é reexaminado

**São Paulo** — “A ciranda financeira”, termo usado pelos empresários que assinaram o Documento dos 8 para definir “o aumento sistemático das reservas cambiais, obrigando à expansão da base monetária e conduzindo o Governo a uma política de dívida pública destinada a enxugar o dinheiro de câmbio; os títulos públicos oferecendo taxas de rentabilidade elevadas, forçando o aumento do patamar das taxas de juros”, foi um dos pontos mais destacados neste reexame feito pelos signatários e que, na opinião da maioria, continua a existir hoje.

O Documento dos 8 levou quatro meses para ser elaborado e representou a consolidação dos debates realizados no Fórum Gazeta Mercantil, criado em setembro de 1977 por ocasião do lançamento da revista Balanço Anual. Do fórum participaram os 10 líderes empresariais mais votados, por sua representatividade nacional, numa consulta a 5 mil homens de empresas de todo o país. Na ocasião — junho de 1978 — o documento provocou grande impacto.

### Trechos do documento

“A empresa privada nacional padecia de fragilidade preocupante e a empresa pública escapou do controle da sociedade e a empresa estrangeira não está disciplinada por normas mais claras e adequadas de atuação. A tarefa de fortalecimento da empresa nacional exige fundamentalmente discernimento em relação a três pontos: criação de mecanismos de capitalização, disponibilidade de tecnologia e critérios de sua absorção e uma política correta de gastos do Governo e das empresas estatais.”

“O endividamento externo em grande escala, que inicialmente cumpria função não desempenhada pelo sistema financeiro nacional, com a desaceleração da economia mundial e, posteriormente, da brasileira, passou a se constituir um mecanismo básico de especulação e de elevação das taxas de juros. O afã governamental de promover a entrada de empréstimos externos para pagar os juros e amortizar o principal da elevada dívida já contraída, tem levado as autoridades a forçarem a manutenção das taxas de juros internas artificialmente altas, ou a não se esforçarem por lhes reduzir o nível.”

“A revisão do sistema tributário deve estar concentrada em dois pontos: tornar mais equânime o Imposto de Renda das pessoas físicas, taxando progressivamente as rendas de capital, e reavaliar os incentivos fiscais de modo a carrear recursos para áreas mais prioritárias que algumas já antedidas na legislação atual.”

“A dívida pública é um instrumento válido de captação de recursos desde que seja manejada com critérios apropriados, diferenciando-se as taxas de juros em benefício dos títulos públicos de prazos mais longos.”

“Estamos convencidos de que o sistema de livre iniciativa e de mercado são viáveis e podem ser duradouros, se formos capazes de construir instituições que protejam os direitos dos cidadãos e garantam a liberdade, mas defendemos a democracia, sobretudo por ser um sistema superior de vida, o mais apropriado para o desenvolvimento das potencialidades humanas.”

Hoje, os empresários signatários do Documento dos 8 — Antônio Ermírio de Moraes, Cláudio Bardella, Paulo Villares, José Mindlin, Paulo Vellinho, Laerte Setúbal Filho, Severo Gomes e Jorge Gerdau Johannpeter — admitem que a “ciranda financeira”, denunciada em 1978, prossegue, e em condições mais graves, podendo levar a economia à inviabilização total.

Os empresários, exceto Jorge Gerdau, que não pôde se manifestar em razão de compromissos inadiáveis, acham que chegou “o momento da seriedade” e das autoridades mostrarem que são responsáveis, pois, como afirmou Antônio Ermírio de Moraes, “não podemos errar novamente, como ocorreu várias vezes nos últimos anos”.

O empresário Antônio Ermírio de Moraes lamentou que o teor da carta de intenção entregue ao FMI — em que o Brasil solicita um crédito ampliado de 4,5 bilhões de dólares em troca de amplo programa de ajustamento econômico nos próximos três anos — não tenha sido discutido nem sabido pela sociedade. “Não se sabe o que foi feito. Defendo a tese de que é necessário que se crie vergonha e que a abertura seja total realmente e não fique apenas no papel”.

“Pena que não souberam ler”.

O empresário Cláudio Bardella voltou ao noticiário na semana passada, quando afirmou na festa de final de ano da FIESP, que “única saída do Brasil para vencer a atual crise é contrariar o ex-Presidente da França, Charles De Gaulle, e provar que este é um país sério”. Na mesma ocasião, lamentou que “o país esteja confiado a um grupo de quatro pessoas que discutem a elaboração de um pedido de empréstimo e aval do FMI, enquanto toda a Nação não é informada dos termos dessa carta”.

Sexta-feira, em seu escritório, após reler e comentar o Documento dos 8, Cláudio Bardella definiu o esvaziamento das propostas de 1978 pelas autoridades com uma frase: “Pena que não souberam ler”.

Interrompido pela chegada de uma mensagem de Natal, Bardella pensou um pouco, olhou à sua volta e disse:

— O grande presente, no meu entender, seria que as autoridades tivessem maior responsabilidade no trato das coisas públicas.

E retomando o documento de 78, o empresário procurou mostrar que a “ciranda financeira” — citada no documento — se intensificou nos últimos anos e continua sendo um fator realimentador da inflação.

— Não se pode negar que o Presidente Figueiredo levou o país a um processo de abertura política, mas isso não foi acompanhado pela área econômica, o que é prejudicial para o país, pois a sociedade não sabe como se programar. Ninguém sabe o que fazer. Ninguém sabe o que vai acontecer no país amanhã — salientou.

Bardella considera que o “Do-

cumento dos 8” tivesse sido levado a sério, o país sem dúvida estaria numa situação melhor.

— Com a falta de uma política industrial, as empresas entraram num processo de descentralização irreversível, principalmente as pequenas e médias — disse.

— Quem acreditou no PND se estreou — definiu Laerte Setúbal Filho, outro signatário do documento, hoje diretor de comércio exterior da FIESP.

Em sua opinião, a falta de uma política industrial tem muito a ver com a pouca boa vontade dos governadores e a fraqueza dos ministros da indústria e comércio, que “nunca tiveram mão forte”. Para Laerte Setúbal Filho, os governadores olharam sempre no benefício do estado, sem uma visão global do país, e isso acaba prejudicando o Estado.

Órgãos como o CDE — Conselho de Desenvolvimento Econômico e o BNDE — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (hoje BNDES) — que procuraram dar uma orientação na área industrial, mas não tinham uma visão clara do que deveriam fazer. Por isso surgiram setores superdesenvolvidos, como o de bens de capital, hoje em situação difícil e sem perspectivas, com elevado índice de capacidade ociosa — afirmou.

Uma coisa que o documento não previa, reconheceu Laerte Setúbal, era uma crise internacional da dimensão da atual, que levou ao emperramento do comércio mundial.

— Mas de qualquer maneira, o Brasil nunca teve uma política industrial estável — observou.

Paulo Villares, presidente do Grupo Villares, admitiu que houve exagero do Brasil na busca de petróleos, na época em que os juros internacionais estavam num patamar até negativo. Argumentou que a crise internacional não prevista no documento foi um fator complicador, assim como o segundo choque do petróleo, a crise do México, a guerra das Malvinas e as dificuldades da economia do Leste europeu.

Para ele, o “Documento dos 8” continua atual, mas destaca que se deve levar em consideração a crise internacional pela qual o país está pagando um preço muito alto.

— Isto, ou seja, todos esses problemas, impediram que a ciranda financeira fosse contida — comentou.

O empresário Antônio Ermírio de Moraes ressaltou que o “Documento dos 8” já denunciava o descontrole dos gastos das empresas estatais, que “ainda hoje continua”. Em sua opinião, o “grande patrão no país continua sendo o Governo, responsável por 100% das encomendas de diversos setores industriais, entre eles o de cabos de alumínio, ou por 66%, como o setor de bens de capitais”.

— Não quero negócios com o Governo para manter minha empresa sadia — ressaltou.

Para Ermírio de Moraes, a ciranda financeira continua:

— O Governo obrigou os empresários a buscar recursos no exterior e deu no que deu: o endividamento das empresas privadas cresceu. Sempre aconselhei que se evitasse a busca de recursos no exterior. Prefiro fechar uma empresa a tomar dinheiro através da Resolução 63.

Para ele, se o Governo “quiser mostrar responsabilidade diante da atual crise, tem de paralisar o programa nuclear nas duas usinas — Angra I e II. Caso contrário, dá vontade de sair do país”.

José Mindlin, presidente da Metal

Leve e diretor do departamento de tecnologia da FIESP, reconhece que o processo de abertura política está em pleno andamento, bem como as relações capital-trabalho apresentaram progresso.

Isto o documento propugnava. Infelizmente — acrescenta — o mesmo não ocorreu até agora com a ciranda financeira: o dinheiro virou finalidade em si mesmo, quando deveria ser mero instrumento. O que sobra das aplicações financeiras para as atividades produtivas é irrisório.

Defendeu um tratamento fiscal diferenciado para o fortalecimento das empresas e do próprio sistema capitalista, “mas isto não ocorreu e a reforma tributária sugerida no documento não foi efetivada até hoje”.

Hoje, para Mindlin, não há no mercado uma maneira eficiente de se capitalizar a empresa, pois “não foi feita nenhuma regulamentação para as empresas multinacionais, o que não deverá ocorrer agora por causa da questão cambial. Mas isto é um assunto que deve continuar em pauta. No fundo, houve um fechamento na área econômica que está prejudicando toda a sociedade”.

O presidente da Springer Admiral, empresário Paulo Vellinho, ao reler o Documento dos 8 chegou à conclusão de que não existe “coisa mais atual do que esse conjunto de propostas feitas em 1978”. Ele criticou a falta de um acompanhamento das sugestões por parte dos empresários, apesar da clarividência do documento.

— Deveríamos ter cobrado mais do Governo e talvez não estivéssemos sofrendo todos os reflexos dessa crise que é pior que a de 1929. O negócio agora é arrumar a casa. Mas o Brasil tem de fazer alguma coisa por convicção e não aceitar simplesmente a imposição dos credores. Termos de adotar uma postura de seriedade e não dissociar o emprego do trabalho. Acabar com feriados (periódicos prolongados), com o mês de férias do Carnaval e os três meses de descanso da Copa do Mundo como ocorreu este ano. O momento é de seriedade total — declarou.

Paulo Vellinho considera imprescindível que o exemplo de seriedade seja dado de cima para baixo. E propôs:

— Os empresários e os governantes não devem viajar de primeira classe de avião para o exterior. O novo Congresso, como contribuição e reconhecimento aos 58 milhões de eleitores, deveria abdicar do aumento de subsídios aprovado pelo Congresso que sairá em março. Seria um ato de respeito à sociedade de um país pobre e em dificuldades. Aliado a tudo isto, a ciranda financeira precisa ser contida para que todos possamos trabalhar mais tranquilamente.

A maior virtude do “Documento dos 8”, para o empresário e Senador eleito pelo PMDB, Severo Gomes, “é ter mostrado clarividência na análise dos efeitos das altas taxas de juros e das dificuldades de acesso à tecnologia para as empresas brasileiras”.

Seu maior defeito, admitiu o empresário, foi sua “fraqueza na tentativa de mobilização dos empresários”. Severo Gomes lamentou que o documento não tenha tido por trás de si um forte movimento político capaz de impulsionar as ideias ali contidas:

— Ai está a questão: para os empresários, não basta ter boas idéias. Se não se arruma capacidade para pressionar, você será derrotado pelas forças que detêm o controle da situação. Passou o tempo e nós vivemos numa caricatura do que foi dito no documento. Os empresários não foram capazes de gerar decisões em favor de seus interesses e dos interesses nacionais.